

Ética, escola e formação docente

Sônia Maria Gomes Araújo

Universidad Interamericana - PY

Resumo: A ética na escola e na formação docente é um tema crucial que atravessa as diretrizes educacionais contemporâneas. A formação de professores deve ir além da transmissão de conteúdos; ela deve integrar princípios éticos que promovam o respeito, a cidadania e a inclusão. A prática docente, pautada por valores éticos, não apenas molda o comportamento dos alunos, mas também influencia o ambiente escolar, criando uma cultura de convivência harmônica e respeitosa. Dessa forma, este artigo tem a meta de discorrer sobre o aporte da formação docente voltada para o ensino de princípios éticos na escola, considerando os novos desafios sociais e a importância dos pares. Logo, este estudo bibliográfico chega à conclusão de que, ao incorporar debates sobre ética nas aulas e na formação profissional, os educadores têm a oportunidade de desenvolver uma consciência crítica em seus alunos, preparando-os para enfrentar os desafios da sociedade atual. Portanto, a reflexão constante sobre a ética no contexto escolar é essencial para a construção de uma educação de qualidade, que valoriza a integridade e o compromisso social.

Palavras-chave: Ética. Formação Docente. Pares. Princípios Éticos.



Recebido em: fev. 2024. Aceito em: jul. 2024.

DOI: 10.56069/2676-0428.2024.478

Por uma Educação Científica: Saberes, Vivências e Práticas

Agosto, 2024 v. 3, n. 20

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428





Ethics, school and teacher training

Abstract: Ethics in school and teacher training is a crucial theme that crosses contemporary educational guidelines. Teacher training must go beyond the transmission of content; It must integrate ethical principles that promote respect, citizenship and inclusion. Teaching practice, guided by ethical values, not only shapes the behavior of students, but also influences the school environment, creating a culture of harmonious and respectful coexistence. Thus, this article aims to discuss the contribution of teacher training focused on the teaching of ethical principles in school, considering the new social challenges and the importance of peers. Therefore, this bibliographic study comes to the conclusion that, by incorporating debates on ethics in classes and professional training, educators have the opportunity to develop a critical awareness in their students, preparing them to face the challenges of today's society. Therefore, constant reflection on ethics in the school context is essential for the construction of a quality education, which values integrity and social commitment.

Keywords: Ethics. Teacher training. Couple. Ethical Principles.

Ética, escuela y formación del profesorado

Resumen: La ética en la escuela y en la formación del profesorado es un tema crucial que traspasa las directrices educativas contemporáneas. La formación del profesorado debe ir más allá de la transmisión de contenidos; Debe integrar principios éticos que promuevan el respeto, la ciudadanía y la inclusión. La práctica docente, guiada por valores éticos, no solo moldea el comportamiento de los estudiantes, sino que también influye en el ambiente escolar, creando una cultura de convivencia armónica y respetuosa. Así, este artículo tiene como objetivo discutir el aporte de la formación docente enfocada en la enseñanza de los principios éticos en la escuela, considerando los nuevos desafíos sociales y la importancia de los pares. Por lo tanto, este estudio bibliográfico llega a la conclusión de que, al incorporar debates sobre ética en las clases y en la formación profesional, los educadores tienen la oportunidad de desarrollar una conciencia crítica en sus estudiantes, preparándolos para enfrentar los desafíos de la sociedad actual. Por lo tanto, la reflexión constante sobre la ética en el contexto escolar es fundamental para la construcción de una educación de calidad, que valore la integridad y el compromiso social.

Palabras-chave: Ética. Formación del profesorado. Pareja. Principios Éticos.

Introdução

As educadoras e educadores brasileiros confrontam a realidade de instituições escolares que refletem uma educação permeada por inúmeras dificuldades. Apesar da presença de grandes estruturas, tanto em instituições privadas tradicionais quanto em universidades públicas de renome internacional, é frequente deparar-se, a poucos quarteirões de distância, com escolas onde os direitos fundamentais das pessoas não são respeitados. Muitos dos relatos e experiências coletados por nós, pesquisadores e pesquisadoras, evidenciam as fragilidades do sistema educacional brasileiro.

Durante nosso trabalho docente em diversas escolas, verificamos a carência de itens essenciais, como papel higiênico nos banheiros, e a ausência de portas que, quando faltantes, tornam o ambiente degradante para os alunos. Notamos também instituições de pequeno porte com um número excessivo de profissionais, enquanto em outras a escassez de recursos humanos é alarmante.

Diretores e diretoras frequentemente se veem forçados a acumular funções, como a limpeza de banheiros, a preparação de alimentos e a gestão da escola, o que resulta na diluição de suas responsabilidades administrativas. Além dessas questões, que não devem ser apenas debatidas ou negociadas, surge uma necessidade premente de propostas robustas em políticas públicas educacionais, priorizando a formação contínua dos profissionais nas escolas, em especial do corpo docente.

Com relação à promoção da convivência ética e à prevenção da violência nas escolas, as iniciativas atualmente existentes revelam-se tímidas e distantes de se consolidarem como políticas públicas efetivas. Além das questões que não podem ser objeto de debate ou negociação, é imprescindível que apresentemos propostas mais consistentes de políticas públicas voltadas para a educação, que garantam a formação contínua dos profissionais que exercem suas funções nas escolas, em especial, no que concerne ao corpo docente. Em nosso país, especialmente no que diz respeito à promoção da convivência ética e à prevenção da

violência no ambiente escolar, observamos que as iniciativas são ainda modestas e distantes de se tornarem políticas públicas efetivas.

Dessa forma, este artigo tem a meta de discorrer sobre o aporte da formação docente voltada para o ensino de princípios éticos na escola, considerando os novos desafios sociais e a importância dos pares.

A formação docente e as políticas públicas para a convivência

Em 2019, o Conselho Nacional de Educação ratificou novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), estabelecendo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2019). Ao examinarmos o documento, encontramos aspectos essenciais relacionados à convivência. No Capítulo III, Art. 8º, as instituições encarregadas da formação docente são convocadas a assumir “o compromisso com a educação integral dos professores em formação”. O próprio documento elucida as temáticas que compõem essa educação integral, salientando a relevância do desenvolvimento de “valores e condutas que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias” (BRASIL, 2019, p. 5).

Ademais, enfatiza a importância de que esses futuros educadores adquiram competências fundamentais, como a habilidade número 3.2.4, que destaca a criação de “ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes” (BRASIL, 2019, p. 17). É igualmente crucial que sejam capacitados para identificar diversas formas de violência, tanto física quanto simbólica, além de discriminações étnico-raciais nos contextos escolares e digitais, promovendo o uso ético e seguro das tecnologias digitais (BRASIL, 2019, p. 19).

Embora essa abordagem sobre convivência não seja recente, o país ainda necessita de um aprofundamento nas discussões sobre o tema, e os governos, de forma geral, demonstram resistência em dialogar com as

instituições que formam os futuros educadores sobre como converter leis e diretrizes em práticas efetivas e sistemáticas.

Apesar de representar um avanço considerável, ainda há uma carência de ações sistemáticas e intencionais voltadas para a formação continuada de docentes, que integrem de forma coesa os esforços para que as escolas desenvolvam um plano de convivência, incluindo projetos antibullying, conforme estipulado pela Lei n. 13.185/15, que institui a obrigatoriedade de um Programa de Combate ao Bullying (BRASIL, 2015).

A pandemia acentuou problemas já alarmantes, como o aumento da pobreza e da pobreza extrema, que, até 2018, apresentavam índices de 30,1% e 10,7%, respectivamente (UNESCO, 2020, p. 96). Nesse contexto, as escolas privadas se reinventaram, adotando novas metodologias de ensino que provavelmente perdurarão mesmo após a crise sanitária. Em contrapartida, as escolas públicas enfrentaram um cenário bastante diferente. Além das perdas acadêmicas, a falta de interação entre alunos e professores gerou uma lacuna significativa, resultando no impacto mais devastador: o atraso no desenvolvimento emocional, que afeta diretamente a moralidade de crianças e adolescentes.

Segundo Piaget (1994), essa dimensão humana se desenvolve plenamente apenas em ambientes de cooperação, nos quais os estudantes experimentam respeito mútuo, discutem coletivamente as regras e praticam valores como justiça, solidariedade e convivência democrática.

Antes mesmo da pandemia, as instituições de ensino brasileiras já enfrentavam desafios substanciais, como o bullying, além da escassez de espaços e estratégias adequadas para a mediação de conflitos e da falta de capacitação específica dos educadores, essencial para promover uma convivência ética entre os alunos. Neste momento, a situação se agrava, pois tanto a escola quanto a sociedade, que já lutavam contra o bullying, precisam agora lidar também com o aumento das agressões virtuais, que são não apenas sérias, mas também estão ligadas a outras formas de violência, como racismo e violação dos direitos humanos.

Como superar esses obstáculos em um país fragilizado por complexas questões econômicas, políticas, ideológicas e sociais, onde muitos marcos civilizatórios estão em constante tensão? É fundamental reavaliar a formação inicial e continuada dos professores no Brasil (BARRIOS; MARINHO-ARAÚJO; BRANCO, 2011; GONÇALVES, 2011; KNOENER, 2019).

Desafios Inovadores, Temáticas Emergentes

Em um contexto em constante transformação, questões como o respeito à diversidade humana, o enfrentamento das desigualdades, a compreensão das práticas restaurativas e a criação de ambientes propícios para a mediação de conflitos ganham destaque. Além disso, o fortalecimento dos laços afetivos em crianças e adolescentes é de suma importância. É imprescindível que os educadores tenham acesso a uma formação continuada que estimule diálogos acerca do papel que desempenham na preparação de seus alunos para interações respeitosas e empáticas, inclusive em ambientes virtuais, que hoje são parte fundamental da vida escolar.

Simultaneamente, a escola deve reconhecer sua função dentro da rede de proteção, ciente de suas responsabilidades, oportunidades e potenciais na luta contra violências como o feminicídio, a agressão doméstica e o abuso sexual de menores. Essa questão transcende a mera atribuição de um fardo à escola; trata-se de compreender que existem dimensões afetivas relacionadas a uma moralidade autônoma que somente se desenvolvem na convivência entre pares.

É crucial reconhecer a dimensão coletiva da escola, pois esta possui um potencial singular para transformar realidades desafiadoras que se deseja não perpetuar. Muitas dessas realidades emergem de lares onde crianças e adolescentes convivem com pais que apresentam comportamentos infratores ou que fazem uso de substâncias nocivas. É urgente que se crie um espaço de convivência plural. Onde mais, senão na escola, esses jovens poderão interagir com diferentes formas de relacionamento?

Finalmente, a escola deve ser não apenas um local de convivência, mas um bastião contra a violência. Para tal, os profissionais da educação devem se familiarizar com métodos, protocolos e técnicas que promovam aspectos diversos, desde a comunicação não violenta até intervenções eficazes em casos de bullying (TOGNETTA, 2020). É fundamental que os docentes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos, reconhecendo que uma discussão em um grupo de WhatsApp criado pelos alunos não é um problema “externo”, mas sim um espaço fértil “aqui dentro” para a construção conjunta de valores humanos essenciais.

A Importância das Relações entre Pares

Conforme explorado, a falta de interação física nas escolas causou um impacto significativo para crianças e adolescentes. Em uma fase vital da vida, onde a amizade é crucial para a formação da identidade, nossas pesquisas reiteraram as consequências do atual cenário. Antes da pandemia de Covid-19, relatórios sobre o clima escolar, obtidos durante diagnósticos em instituições paulistas, juntamente com dados do Placon, já indicavam problemas nas relações entre pares, como bullying, solidão e uso de substâncias entre os jovens.

A ausência de convivência com colegas trouxe um impacto considerável, afetando não apenas a construção da autoimagem e a sensação de pertencimento a um grupo, mas também habilidades essenciais como linguagem, comunicação interpessoal e comportamentos sociais – capacidades que são difíceis de desenvolver sem a prática dessas interações.

É amplamente aceito que o apoio social é um dos principais fatores de proteção contra a depressão em adolescentes (MEULEN; GRANIZO; DEL BARRIO, 2021). Os resultados de nossos estudos, em sintonia com outras pesquisas que abordaram essas questões, sublinham que os pares desempenham um papel crucial nas escolas. Eles estão mais aptos a acolher e intervir quando, como adultos, não conseguimos perceber as dores e angústias dos alunos. Isso não decorre de desinteresse, mas do fato de que

aqueles que sofrem bullying e outras formas de violência muitas vezes não procuram ajuda dos adultos (MARTÍNEZ, 2013; COWIE, 2000; COWIE; WALLACE, 2000; MEULEN; GRANIZO; DEL BARRIO, 2021; TOGNETTA; SOUZA; LAPA, 2019).

Certamente, essa reflexão atuou como um ponto de partida para a criação de um Sistema de Apoio Entre Iguais nas escolas públicas. Nossos alunos das escolas envolvidas nas Equipes de Ajuda do Brasil, formadas a partir deste projeto, se conectaram com mais de 29.500 adolescentes nas Diretorias Regionais de Ensino (DREs) com as quais colaboramos. Ao dedicarem tempo e esforço, ficou evidente que, quando incentivados, é “do lado do bem” que nossos jovens encontram propósitos para avançar (SOMOS CONTRA O BULLYING, 2021).

Sem dúvida, esta é a proposta mais significativa: proporcionar aos jovens o que é justo e necessário para que se tornem protagonistas de uma sociedade melhor.

O que aprendemos por meio de uma abordagem científica

Há algum tempo, temos nos empenhado em trazer para o nosso país as lições aprendidas em nações que visitamos, onde cultivamos amizades e estabelecemos parcerias no contexto da convivência escolar. Países como Chile, Espanha, Colômbia e Argentina já implementaram, há anos, políticas estruturadas para planejar e executar, de maneira estratégica, ações que transcendam intervenções superficiais e pontuais, muitas vezes limitadas a campanhas eleitorais, no combate à violência nas escolas.

Em 2014, a Colômbia instituiu o Sistema Nacional de Convivência Escolar, onde um dos principais temas abordados é o exercício dos direitos humanos, além da prevenção e enfrentamento de problemas de convivência. Aprendemos com a política de convivência escolar do Chile a importância fundamental que os currículos têm para estabelecer uma base sólida no tratamento de questões relacionadas à convivência. Acreditamos que uma política voltada para a promoção da convivência deve orientar e apoiar o

ensino, a aprendizagem e a gestão desse convívio, visando ao desenvolvimento pessoal e social, valorizando o conhecimento e a cultura dos alunos e da comunidade educacional como um todo (CHILE, 2019).

O entusiasmo dos pesquisadores em dar início a este projeto foi indubitavelmente impulsionado por um dos critérios estabelecidos pelo edital: priorizar projetos com potencial para replicação nas redes de educação e que possam se transformar em políticas públicas.

O contexto da pandemia e as dificuldades enfrentadas na implementação deste projeto – que se integrou rapidamente a uma política pública de convivência – representaram desafios que, ao menos por ora, despertaram um desejo genuíno de que toda a construção de um programa de convivência se una ao trabalho de uma rede cujas aspirações, emergentes do cotidiano escolar, se congreguem em torno de um ideal comum.

É imprescindível ressaltar que, ao concluirmos nossas recomendações, devemos reconhecer e, principalmente, expressar nossa profunda gratidão àqueles que tiveram a visão de elaborar este edital de pesquisas. A universidade, indubitavelmente, representa um ambiente propício para a transformação de um segmento muitas vezes negligenciado: os anos finais do Ensino Fundamental.

Na realidade, mais do que a própria instituição, o que realmente importa nesta última recomendação é a essência da ciência e sua busca ininterrupta. Em respeito à sua natureza complexa, dialética e soberana, todos os resultados das investigações apresentadas neste dossiê sublinham a urgência de revalorizar a ciência. É por meio da prática científica que nossa conclusão final se fundamenta. É pela dedicação à pesquisa, pela paciência, pelo entusiasmo e pela resiliência que formulamos nossa recomendação mais importante: proporcionar a meninos e meninas, brasileiras e brasileiros de todas as etnias, gêneros, cores e aspirações, a persistência que nos guiará. Se nesta circunstância não conseguimos estabelecer uma política de convivência nas escolas, não hesitaremos em tentar novamente, repetidamente, sempre que necessário.

Considerações finais

A mudança necessária no comportamento humano e nas interações sociais para enfrentar desafios como a pandemia da Covid-19 não ocorrerá de maneira instantânea. Trata-se de um processo educacional que demanda tempo, e a urgência dessa transformação já foi destacada. A educação deve concentrar-se no futuro pós-pandemia, reconfigurando-se para ajudar a superar dinâmicas que apenas reforçam o individualismo e a superficialidade. É fundamental, portanto, fomentar a formação de valores sociomoraes que promovam a solidariedade, a cooperação, a empatia e a justiça, incorporando esses valores à essência dos indivíduos.

A transição da escola como um espaço limitado ao ensino e à mera transmissão de conteúdos para um ambiente que ensina a conviver e a respeitar o próximo é uma visão defendida por teóricos que reconhecem a necessidade de uma educação voltada para a convivência.

A convivência escolar é compreendida como uma rede de relações interpessoais que se formam entre todos os integrantes da comunidade escolar. Nesse contexto, desenvolvem-se processos de comunicação, sentimentos, valores, atitudes, papéis, status e poder. Assim, as relações estabelecidas na escola podem, ou não, favorecer a adesão a valores sociomoraes como respeito mútuo, justiça, solidariedade, diálogo, autorregulação e convivência, promovendo uma educação orientada para a convivência ética.

A educação para a convivência ética visa desenvolver um ambiente educacional positivo, melhorando as relações sociais entre os membros da comunidade escolar e a qualidade do ensino, além de estabelecer as bases para a formação da cidadania. Desse modo, a escola deve proporcionar aos alunos um espaço de convivência democrática, despertando a sensibilidade ética e formando cidadãos que respeitam os outros e se fazem respeitar. Essa abordagem educacional, portanto, contribui para a formação de personalidades éticas, ou seja, indivíduos capazes de refletir sobre valores de

maneira autônoma, orientando suas escolhas na construção de sentidos para a vida em conjunto com o outro.

Ao adotar essa perspectiva educacional, a escola reconhece que os desafios fundamentais da humanidade não são resolvidos apenas por técnicas científicas, mas também através de uma reorientação ética e de valores. Educar para a convivência ética requer que o ambiente seja estruturado para permitir a prática dos valores nas relações. Isso significa que a formação em cooperação, solidariedade, justiça, responsabilidade social e respeito mútuo, por exemplo, não ocorre apenas por meio de palavras, mas pela vivência de relações que integram esses valores.

Referências Bibliográficas

BARRIOS, A.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BRANCO, A. U. Formação continuada do professor: Desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. Revista Semestral da **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 91-99. 2011

BRASIL. **Lei n. 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial De Professores da Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2019.

CHILE. **Política Nacional de Convivência Escolar**. Chile: Ministerio de Educación, 2019.

COWIE, H. Bystanding or standing by: Gender issues in coping with bullying in English schools. **Aggressive Behavior**, v. 26, n. 1, p. 85-97, 2000.

COWIE, H.; WALLACE, P. **Peer Suport in Action**. Londres: Sage Publications, 2000.

GONÇALVES, C. C. **Concepção e julgamento moral de docentes sobre bullying na escola**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

KNOENER, D. F. **Quando a convivência pede por cuidado: Bullying e assédio moral em ambientes universitários**. 2019. 286 f. Dissertação (Mestrado em

Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2019.

MARTÍNEZ, J. M. Análisis psicosocial del ciberbullying: Claves para una educación moral. **Papeles del psicólogo**, v. 34, n. 1, p. 65-73, 2013.

MARTÍNEZ, J. M. Ciberbullying: Diferencias entre el alumnado de secundaria. **Boletín de Psicología**, n. 96, p. 79-96, 2009.

MEULEN, K. V. D.; GRANIZO, L.; DEL BARRIO, C. Emotional peer support interventions for students with **SEND**: A systematic review. *Frontiers in psychology*, v. 12, p. 1-19, 2021.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1932/1994

SOMOS CONTRA O BULLYING (org.). **O que cabe em um abraço?** De jovem para jovem. Americana: Editora Adonis, 2021.

TOGNETTA, L. R. P.; FODRA, S.; BONI, L. D. G. Os grandes ataques em escolas: O que sabemos? In: TOGNETTA, L. R. P. (org.) **Bullying e convivência**: Em tempos de escolas sem paredes. Americana: Editora Adonis, 2020.

TOGNETTA, L. R. P.; SOUZA, R. A.; LAPA, L. Z. A implantação das equipes de ajuda como estratégia para a superação do bullying escolar. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 24, n. 3, p. 397-410, 2019.

UNESCO. **Impacto de la COVID-19 en la educación**. Paris: UNESCO, 2020.